

SEMANA 08 – ANÁLISE – REDAÇÃO ENEM NOTA MÁXIMA

ENEM 2019 – Redação nota máxima

Bruna Guarçoni - 17 anos | Sete Lagoas - MG

"A terceira fase do Modernismo vigorou, no Brasil, durante o Período Liberal-Democrático, apresentando como uma de suas propostas artísticas a retratação das "Sociedades Liminares" – tradicionalmente excluídas do projeto cultural brasileiro – nas obras cinematográficas. Tal movimento, conhecido como "Cinema Novo", embora objetivasse a integração de povos historicamente invisibilizados, não obteve êxito na democratização do cinema no país, haja vista o não comparecimento daqueles aos cinemas da época. Esse panorama, ainda vigente na contemporaneidade, é atestado não só pelo crescente índice de pirataria nas artes visuais, como pela constante mobilização de ongs na exibição de filmes em ambientes desprovidos do acesso ao cinema.

Em primeira análise, constatam-se as amplas taxas de comercialização de filmes pirateados, sobretudo, nos centros urbanos. Essa problemática atenta, pois, para o descumprimento de um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual trata dos direitos autorais de produções artísticas, gravemente feridos pela comercialização de filmes reproduzidos ilegalmente. Entretanto, tal cenário nada mais é do que um reflexo do acesso restrito a tais conteúdos, em razão dos altos preços cobrados pelas sessões de cinema, induzindo, assim, os indivíduos menos favorecidos a optarem pela pirataria – menos onerosa e, portanto, mais adequada ao seu diminuto poder de compra.

Vale ressaltar, ainda, a realização, por instituições não governamentais, de projetos inclusivos que contam com sessões de filmes em ambientes comunitários não contemplados pelo acesso à tv ou à internet. Exemplo disso foi a transmissão do filme "Cidade de Deus" na comunidade onde ocorreram as filmagens, a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. Destarte, evidencia-se a negligência estatal na democratização do cinema, visto que os referidos projetos são iniciativa de instituições privadas – aspecto abordado por Axel Honneth, o qual afirma ser dever do Estado a garantia do acesso às manifestações culturais, fato não verificado no país.

Urge, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de se coibir o problema discorrido. Ao Governo Federal, caberia a ampliação de ambientes comunitários de exibição de filmes no país, a fim de se democratizar o acesso ao cinema. Para isso, deveria haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos. Desse modo, em consonância a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU para 2030, o Brasil mobilizar-se-ia quanto à redução das desigualdades, tarefa imprescindível na edificação de um Estado Democrático, de modo a romper com a marginalização das sociedades liminares, verificada desde os Anos Dourados.